



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## **LEI Nº 2118 DE 07 DE OUTUBRO DE 2002**

(Projeto de Lei nº. 46/2002, do vereador Reginaldo Martins da Silva)

Dá nova redação ao “caput” do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002.

### **O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:**

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º.** – O “caput” do artigo 9º da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 9º. – As bandeiras em mau estado de conservação serão incineradas, em conformidade com o disposto no artigo 32 da Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, registrando-se o fato em livro.”

**Artigo 2º.** – O parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº 2090/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 18 - .....  
Parágrafo único - A regulamentação do Hino Oficial do Município deverá obedecer, no que couber, a presente Lei e o prescrito na Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971 para o Hino Nacional Brasileiro.”

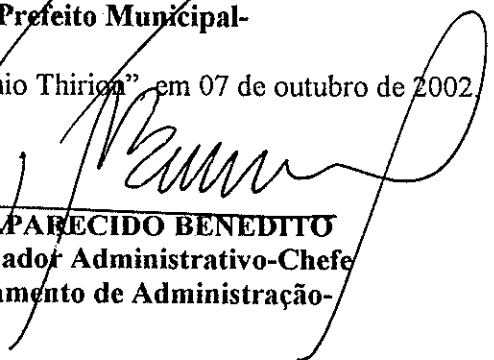
**Artigo 3º** – As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 07 de outubro de 2002; 54º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

  
**ELIAS ABRAHÃO SAAD**  
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal “Antonio Thirion” em 07 de outubro de 2002.

  
**JOSÉ APARECIDO BENEDITO**  
-Coordenador Administrativo-Chefe  
Departamento de Administração-



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Autógrafo nº. 2198

(Projeto de Lei nº. 46/2002, do vereador Reginaldo Martins da Silva)

Dá nova redação ao "caput" do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Artigo 1º – O "caput" do artigo 9º da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. – As bandeiras em mau estado de conservação serão incineradas, em conformidade com o disposto no artigo 32 da Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, registrando-se o fato em livro."

Artigo 2º – O parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº 2090/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 18 - .....

Parágrafo único - A regulamentação do Hino Oficial do Município deverá obedecer, no que couber, a presente Lei e o prescrito na Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971 para o Hino Nacional Brasileiro."

Artigo 3º. – As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 3 de outubro de 2002

**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
Presidente

**TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA**  
1ª. Secretária

**LUIZ CARLOS DA SILVA**  
2º. Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

***Parecer referente ao Projeto de Lei nº. 46, de 2002, de autoria do vereador Reginaldo Martins da Silva***

Referida proposição não recebeu emenda durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.


Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2002.

  
RUBENS METZNER  
RELATOR

  
TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
LUIZ CARLOS DA SILVA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

Recebido(a) em 12/9/2002

Projeto de lei nº. 46, de 12 de setembro de 2002.

às 17:22 horas

[Assinatura]  
Secretaria Administrativa

Dá nova redação ao "caput" do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Artigo 1º. – O "caput" do artigo 9º da Lei Municipal nº. 2090, de 13 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. – As bandeiras em mau estado de conservação serão incineradas, em conformidade com o disposto no artigo 32 da Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, registrando-se o fato em livro."

Artigo 2º. – O parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº 2090/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 18 - .....

Parágrafo único - A regulamentação do Hino Oficial do Município deverá obedecer, no que couber, a presente Lei e o prescrito na Lei Federal nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971 para o Hino Nacional Brasileiro."

Artigo 3º. – As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

Para se fazer o projeto de lei nº. 4/2002, que deu a origem à Lei nº. 2090, que estamos corrigindo agora, verificou-se, junto ao site do Senado Federal, se o decreto-lei federal nº. 4545 estava em vigor, sendo informando que não havia revogação expressa.

A Assessoria Jurídica, ao analisar o Projeto de Lei nº. 42, que fala sobre o hino oficial do Município, disse: "(...) *cumpre-nos lembrar que o Decreto-Lei nº. 4545/42 encontra-se revogado (vide docs.anexos), devendo ser aplicados os parâmetros constantes da Lei Federal nº. 5700, de 1º de setembro de 1971 (...)*".

Para embasar a sua afirmação, a Assessoria consultou outros repositórios legais na Internet, como a "Base Referencial da Legislação Federal do Brasil", que, ao contrário do Senado, indicava, corretamente, a revogação do dispositivo citado, pela lei federal nº. 5443/68 que, posteriormente, foi revogada pela Lei nº. 5700/71.





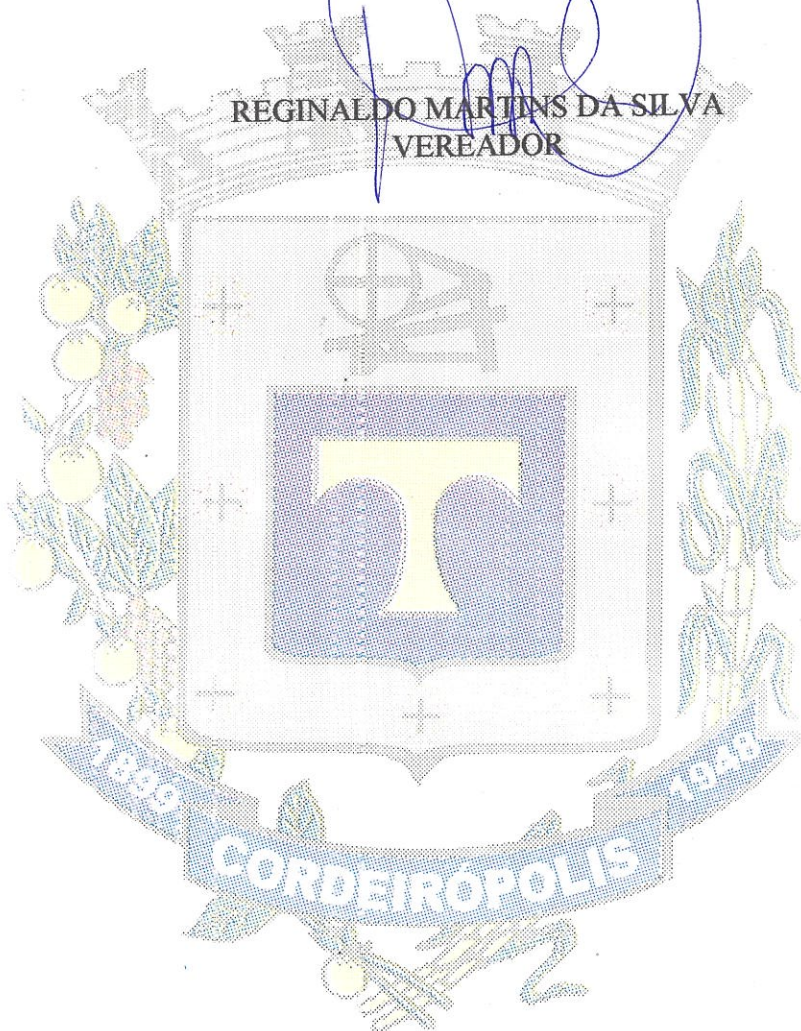
# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

Assim, elaboramos o presente projeto para evitar uma referência a uma norma já revogada que, como sabemos, não poderá ser cumprida, solicitando o apoio e a aprovação dos Nobres colegas para a nossa iniciativa.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 12 de setembro de 2002

REGINALDO MARTINS DA SILVA  
VEREADOR



**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**Estado de São Paulo**

---

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER**

**Propositura:** Projeto de Lei de Nº 46, de 12 de setembro de 2002, de autoria do Nobre Vereador, Senhor Reginaldo Martins da Silva.

**Assunto:** Dá nova redação ao “caput” do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 18 da Lei Municipal nº 2.090, de 13 de março de 2002.

**Parecer:**

Trata-se de projeto de lei que pretende introduzir alterações na **Lei Municipal nº 2.090, de 13 de março de 2002**, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos do município de Cordeirópolis.

As inovações subsumem-se ao “caput” do artigo 9º e parágrafo único do artigo 18, os quais dispõem, respectivamente, sobre a incineração de bandeiras e regulamentação do hino.

Em síntese, foram suprimidas as referências contidas nos dispositivos legais sobreditos ao já revogado **Decreto Federal nº 4.545/42**, passando-se a reportar à **Lei Federal nº 5.700/71**, que atualmente regulamenta a matéria.

Na realidade, a alteração em comento já havia sido sugerida por esta Assessoria quando da elaboração de parecer jurídico ao projeto de lei nº 42/2002, não havendo, portanto, questões mais complexas a serem enfrentadas.

Isto posto, entendemos que a questão examina não merece maiores reflexões uma vez que concerne em mera atualização da referência legal contida em diploma legal municipal.

**Conclusão:**

**De acordo com a manifestação acima, entendemos,  
S.M.J., que a presente proposição É LEGAL.**

Cordeirópolis, 17 de setembro de 2002.

**Luiz Eduardo Moraes Antunes**  
**OAB/SP.68.511**

